

REFORMA DO IMPOSTO DE RENDA

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)
DO SENADO FEDERAL EM 27.10.2021

DANIEL ABRAHAM LORIA

Advogado, Pesquisador e Professor do Insper, Coordenador do Grupo de Trabalho da Abrasca sobre Reforma do Imposto de Renda

OBJETIVOS DE UMA BOA REFORMA DO IR NO BRASIL

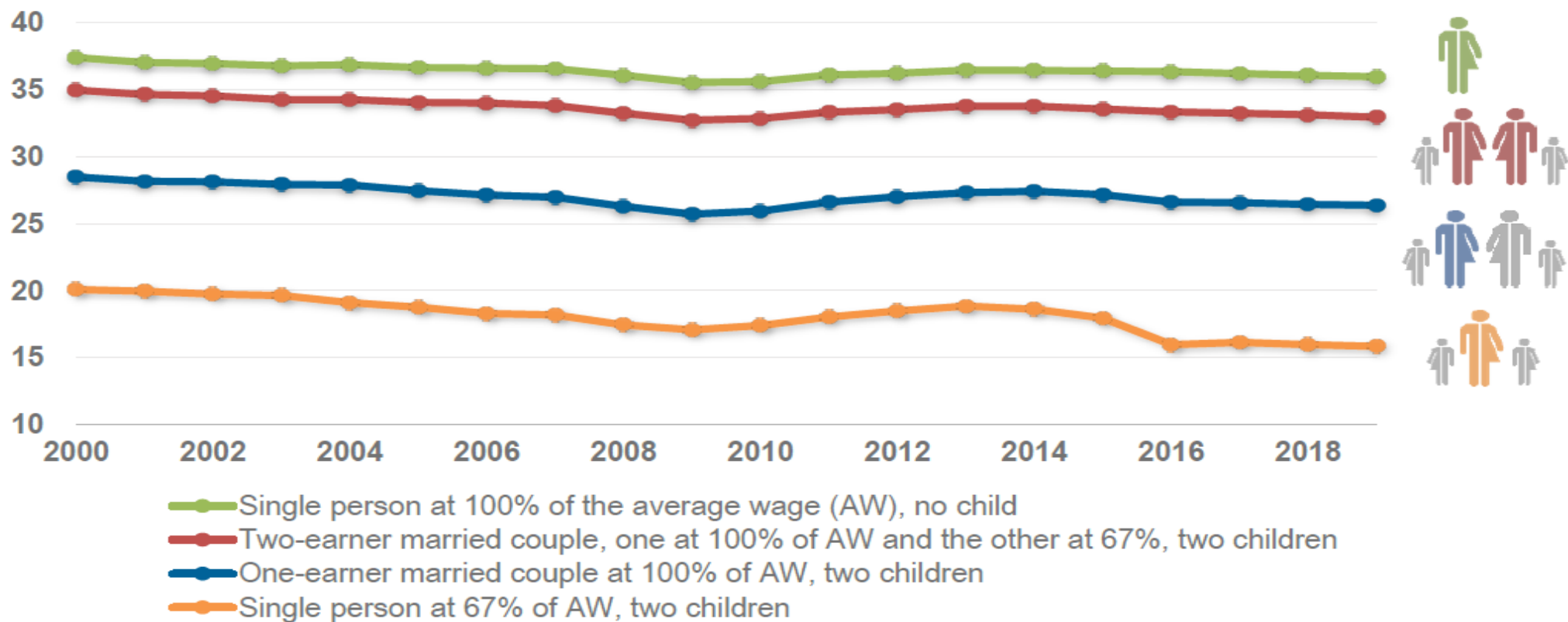
- 1) Aumentar a **progressividade tributária** do sistema como um todo
 - Foco no indivíduo, **pessoa física (IRPF)**
 - Justiça distributiva
 - Efeito redistributivo (junto com gasto público)
- 2) Reduzir distorções alocativas, destravar investimentos na vocação da empresa, melhorar a competitividade internacional e fomentar **crescimento econômico**
 - Foco na empresa, **pessoa jurídica (IRPJ)**
 - Imposto de renda não pode “atrapalhar” a atividade empresarial

1º – PESSOAS FÍSICAS

- IR da pessoa física = imposto ideal para atender **progressividade**
- Consenso na literatura que pessoas com renda mais alta (mais **capacidade contributiva**) devem pagar mais imposto, como proporção da sua renda, do que aquelas com renda mais baixa (com previsão constitucional)
- Pessoas com rendas do mesmo valor devem ser tributadas da mesma forma
- Brasil **tributa muito o consumo** (pago por todos, pobres e ricos)
- Brasil **tributa pouco e tributa mal a renda da pessoa física**
 - 27,5% vs. 35% ou mais em padrões internacionais (vide próximos slides)
 - Alíquota-teto para todas rendas acima de ~R\$ 5 mil/mês
 - Renda do trabalho na tabela progressiva (até 27,5%) e renda financeira com alíquota linear (mínimo de 15%)
 - Distorções na tributação de diferentes aplicações financeiras (diferimento de fundos fechados, isenção para aplicações setoriais)

1º – PESSOAS FÍSICAS

Alíquotas médias de IRPF na OCDE conforme o declarante



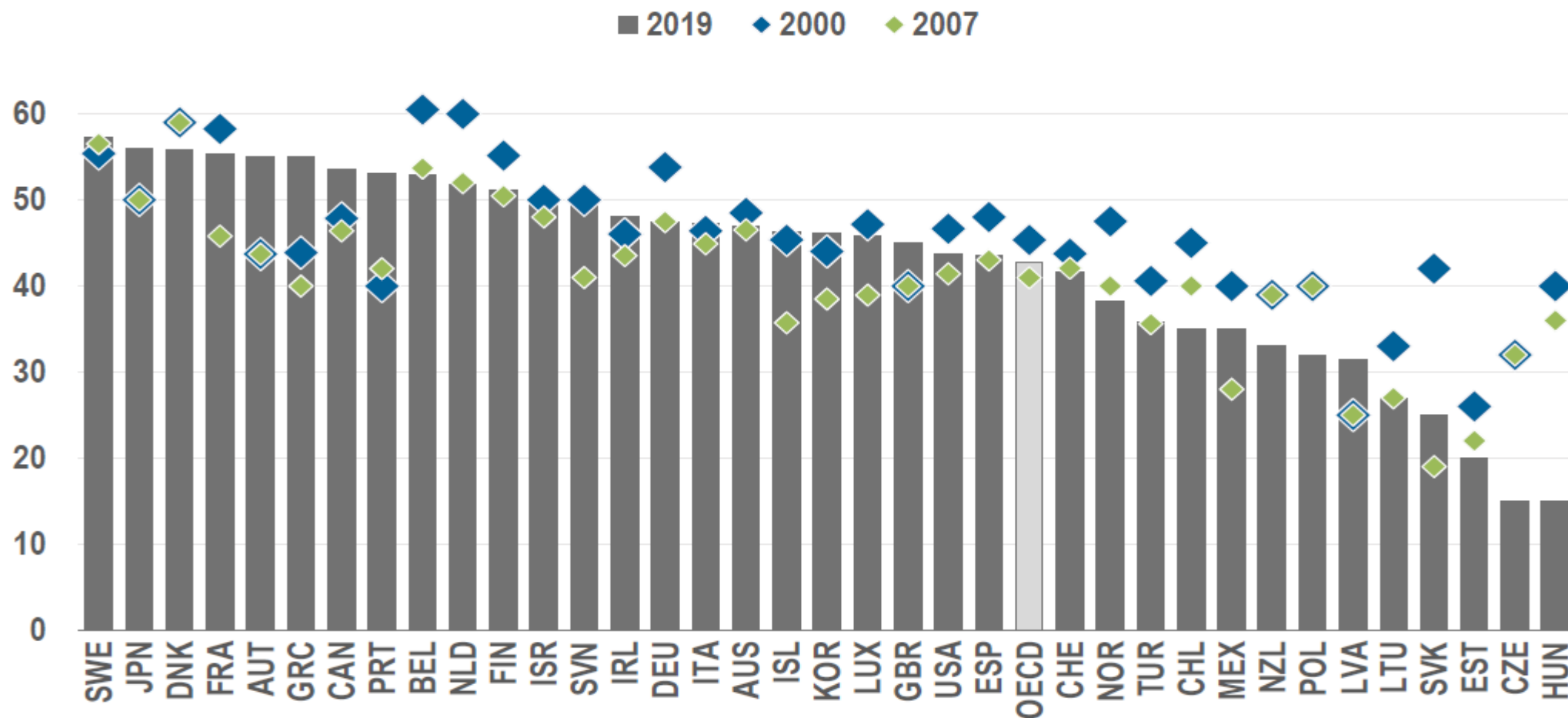
Source: OECD (2020). OECD Tax Database. [oe.cd/tax-database](https://www.oecd.org/tax-database/).

Fonte: Tabelas extraídas da base de dados da OCDE e reproduzidas no Relatório de Pesquisa (parcial) da Tributação da Renda no Brasil, de autoria do Prof. Romero J.S. Tavares. Núcleo de Tributação do Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa. Julho de 2020.

Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/Reforma-Tributac%CC%A7a%CC%83o-da-Renda-Parte-1-04ago20.pdf>.

1º – PESSOAS FÍSICAS

Alíquotas máximas de IRPF



Source: OECD (2020). OECD Tax Database. oe.cd/tax-database.

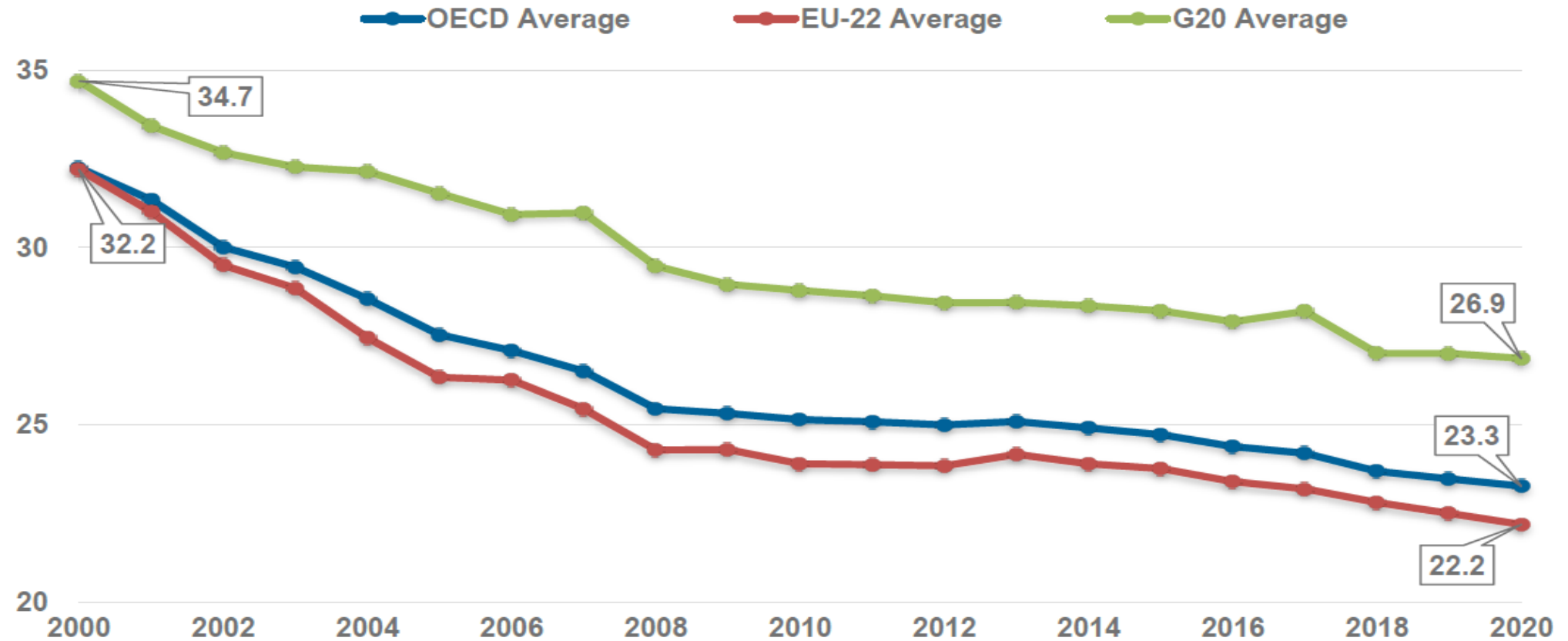
Fonte: Idem

2º – EMPRESAS

- Brasil tributa renda corporativa muito acima do mundo
- Alíquota do Brasil (34%) vs. média da OCDE (23,3%)
- Mesmo havendo dificuldade de comparar bases de cálculo (mensuração do lucro tributável), a carga sobre lucro corporativo no Brasil é maior do que no resto do mundo
- Inibe internacionalização das empresas brasileiras via subsidiárias
- Induz “inversão” da sede para o exterior

2º – EMPRESAS

Alíquotas médias de IRPJ no mundo em queda



Note: The averages are unweighted averages. The EU-22 average includes all EU countries that are members of the OECD. The G20 average includes all G20 countries, excluding the EU.
Source: OECD (2020). OECD Tax Database. [oe.cd/tax-database](https://www.oecd.org/tax-database/).

Fonte: Idem

2º – EMPRESAS

- PL 2.337 isenta de tributação os dividendos distribuídos por empresa com receita bruta de até R\$ 4,8M por ano
- Regras não deveriam ser diferenciadas com base no tamanho da empresa, pois isso induz comportamento, inibe o crescimento e gera “pejotização”
 - Trabalhador que “se transforma” em empresa pequena
 - Transforma renda do trabalho em renda do capital, sem CLT
- Progressividade deve considerar quem é o sócio pessoa física; não o tamanho da empresa
 - Sócio pequeno ou médio de empresa grande; milhões de CPF’s que entraram na bolsa de valores recentemente
- SIMPLES e lucro presumido

PROJETO DE LEI 2.337

- Reforma tributária ampla pode equilibrar melhor as cargas (renda vs. consumo), aumentando a progressividade e fomentando crescimento econômico
- Reforma da tributação do consumo (como a PEC 110) é mais urgente, por mexer em **produtividade** e ter maior potencial de impacto no crescimento
- Reforma do IR **também é importante**, podendo contribuir para ambos objetivos
- Avalio a direção do Projeto de Lei 2.337 como sendo correta:
 - **Redução de alíquota corporativa**
 - **Tributação de dividendos**
 - **Come cotas de fundos fechados com liquidez (equiparação a fundos abertos)**
 - **Ampliação da faixa de isenção de pessoas físicas com menor renda**

COMO FAZER?

Pessoa física:

- PL 2.337 amplia faixa de isenção, mas não mexe no topo da tabela progressiva
- Progressividade pode ser ampliada

Lucro da empresa:

- PL 2.337 reduz alíquota corporativa de 34% para 26% (variou muito nas versões)
- Reduzir alíquota corporativa para perto da média da OCDE

Dividendos:

- PL 2.337 cobra IRRF a 15% sobre os dividendos sem integração com empresa
 - Carga total de 37,1% sobre setor produtivo (vs. 15% em renda financeira vs. 27,5% em renda do trabalho)
- Tributar dividendos distribuídos a pessoas físicas, pela tabela progressiva, com crédito sobre tributos corporativos
- Carga total integrada dependerá da faixa de tributação da pessoa física
- Reduz risco de pejetização (mesma carga de IR na PJ e PF, fora INSS)

COMO FAZER?

Lucros acumulados:

- PL 2.337 tributa os lucros acumulados, sem regra de transição
- Lucros acumulados não devem ser tributados de novo como dividendos (pois já foram tributados a 34% no regime atual). Criar regra de transição.
- Riscos econômicos de tributar (corrida a bancos)
- Riscos jurídicos de tributar (contencioso que vai durar anos)
- Todos perdem

Grupo econômico:

- PL 2.337 não tributa dividendos pagos a:
 - PJ no Brasil que detém mais de 10% do capital
 - fundos de investimento
- Criar opção de tributação consolidada (como contabilidade consolidada)
 - redução de contencioso
 - justiça fiscal
 - apuração consolidada (créditos e débitos dentro do grupo)
 - neutralidade tributária (menos influência na atividade empresária)

COMO FAZER?

Juros sobre capital próprio (JCP):

- JCP = taxa de juros sobre patrimônio líquido com dedução da despesa
- Reduziu alavancagem (estudo da FGV), embora tenha questões a aprimorar
- PL 2.337 revoga o JCP
- Forte viés tributário a favor do endividamento e contra captação com sócios
 - Juros de dívida é dedutível na base de IRPJ/CSLL e tributado a 15%
 - Dividendo não é despesa dedutível e também será tributada a 15%
- Comissão Europeia estuda formas de reduzir esse viés tributário
- Aplicar uma taxa sobre o capital próprio pode incentivar capital próprio e desincentivar capital de terceiros (ex: *allowance for corporate equity – ACE*), somente para fins fiscais
- Obs.1. Estimativas do Governo não consideram mudança de comportamento. Empresas vão se endividar mais
- Obs.2. Revogação do JCP aumentará a carga de CSLL (destinado exclusivamente à União) desproporcionalmente à redução do IRPJ (cujo impacto é compartilhado com Estados e Municípios)

COMO FAZER?

Investimentos financeiros:

- Come cotas de fundos fechados desde que possuam liquidez
- Tributar investimentos financeiros no exterior pela mesma regra dos fundos no Brasil (para evitar fuga de capitais)
- Uniformizar alíquota sobre investimentos financeiros (como na versão original do PL 2.337)
- Eliminar distorções alocativas
- Desafio de aproximar mais a carga de investimento financeiro e investimento produtivo

Outros temas:

- Manter direito a reestruturações societárias sem tributação (desde que não haja mudança de controle em 12 meses)
- Regular pagamentos baseados em ações (*stock option plans*) por inteiro
- Manter alinhamento da amortização fiscal e contábil de ativos intangíveis
- Reavaliar se deveria haver atualização do valor de ativos com tributo descontado

FIM